

RELATÓRIO Nº , DE 2011

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem nº 107, de 2011 (nº 280, de 21 de julho de 2011, na origem), da Presidente da República, que *submete à apreciação do Senado Federal o nome do Senhor LAERCIO ANTONIO VINHAS, para exercer o cargo de Representante do Brasil na Missão junto à Agência Internacional de Energia Atômica, em Viena.*

RELATOR: Senador **JORGE VIANA**

Esta Casa do Congresso Nacional é chamada a se manifestar sobre a indicação que a Presidente da República faz do Senhor LAERCIO ANTONIO VINHAS, para exercer o cargo de Representante do Brasil na Missão junto à Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA), em Viena.

A Constituição Federal atribui competência privativa ao Senado Federal para apreciar previamente, e deliberar por voto secreto, a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente (art. 52, inciso IV).

De acordo com o currículo elaborado pelo Ministério das Relações Exteriores (MRE), o indicado nasceu em 11 de janeiro de 1943, na cidade de São Paulo. É filho de Bibiano Antonio e Angelina Fassoni Antonio.

Possui bacharelado e licenciatura em Física pelo Instituto de Física da Universidade de São Paulo – USP (1964/1970), com especialização em Ciência e Tecnologia Nucleares pela Escola Politécnica da USP. É também doutor em Física pela Universidade de Campinas (UNICAMP).

O indicado trabalha na Comissão de Energia Nuclear (CNEM) desde 1965, tendo exercido, no Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares (IPEN), entre outras, as funções de pesquisador, chefe da Divisão de Física Nuclear, chefe do Departamento de Proteção Radiológica, diretor da Proteção Radiológica e Gerência de Rejeitos do Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares. Foi, ainda, superintendente do Instituto de Radioproteção e Dosimetria e coordenador-geral de Assuntos Internacionais.

Participou de reuniões de órgãos diretores de instituições nacionais e internacionais, destacando-se sua atuação como membro das delegações brasileiras na Conferência Geral da AIEA, Viena, Áustria (1990, 1993 e desde 1996), no Comitê de Fortalecimento da Eficiência e Efetividade do Sistema de Salvaguardas (1996-1997), membro da Comissão Deliberativa da CNEN (1993-1994 e desde 2007) e da Comissão Deliberativa do Centro de Energia Nuclear na Agricultura – CENA (1990-1992).

Foi, ainda, membro do Grupo Assessor de Alto Nível sobre Implementação de Salvaguardas, designado pelo Diretor-Geral da AIEA (1996-2006); chefe da delegação brasileira às reuniões com a AIEA e com a Agência Brasileiro-Argentina de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares (ABACC) para negociação de estratégias e procedimentos para a aplicação de salvaguardas nas instalações nucleares brasileiras (desde 1993); membro da Comissão de Padrões de Segurança Nuclear da AIEA (desde 2007); e membro da Comissão Binacional de Energia Nuclear Brasil/Argentina (desde 2008).

No âmbito acadêmico, destacam-se suas atividades como professor de pós-graduação no IPEN/USP e como presidente da Comissão do Programa de Pós-Graduação em Ciência e Tecnologia Nucleares do IPEN.

É autor e co-autor de cerca de 50 artigos e de 60 trabalhos apresentados em congressos nacionais e internacionais.

Foi agraciado com as seguintes condecorações: medalha “Mérito Tamandaré”, Ordens do Rio Branco e do Mérito Naval, no grau de Oficial; e Título de Pesquisador Emérito – 2010 do IPEN.

O Ministério das Relações Exteriores anexou à mensagem presidencial sumário executivo sobre a Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA).

A AIEA é uma organização internacional independente, com sede em Viena, na Áustria, relacionada com o sistema das Nações Unidas e que conta atualmente com 151 membros. Criada em 1957, constitui o principal órgão multilateral para a segurança e promoção dos usos pacíficos no campo nuclear, devendo apresentar relatório anual de suas atividades à Assembleia Geral das Nações Unidas e, quando necessário, informar o Conselho de Segurança sobre o descumprimento pelos Estados de obrigações que envolvem salvaguardas nucleares e sobre matérias de sua competência concernentes a paz e segurança internacionais.

São três os pilares de atuação da AIEA: Segurança e Segurança Física; Ciência e Tecnologia; e Salvaguardas e Verificação. Sua condução fica a cargo do Diretor-Geral e de seis diretores-gerais adjuntos, responsáveis pelos Departamentos de Administração; Aplicações e Ciências Nucleares; Cooperação Técnica; Energia Nuclear; Segurança e Segurança Física Nucleares; e Salvaguardas e Verificação.

A Junta de Governadores, composta por 35 Estados membros, e a Conferência Geral, da qual participa a totalidade dos membros, são os órgãos políticos da Agência responsáveis pela definição de seus programas e orçamento. As atividades da Organização são financiadas pelo orçamento regular – que, nos últimos anos, foi de aproximadamente 280 milhões de euros – e por contribuições voluntárias.

O Brasil tem apoiado as atividades da AIEA, em especial aquelas voltadas à promoção do uso pacífico da energia nuclear, contribuindo para o desenvolvimento econômico, social e tecnológico. Com o fim de fortalecer as atividades de cooperação técnica da AIEA, o Brasil contribuiu regularmente para o Fundo de Cooperação Técnica da Agência.

Entre os principais temas em debate na AIEA, destacamos a questão da segurança nuclear, haja vista o recente acidente nuclear no Japão; a aplicação de salvaguardas na Síria, Irã e República Democrática Popular da Coreia; o reconhecimento do Protocolo Adicional aos Acordos de Salvaguardas como essencial para assegurar a ausência de materiais nucleares não declarados em um país.

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabem outras considerações no âmbito deste relatório.

Sala da Comissão, 15 de setembro de 2011.

Senador Fernando Collor, Presidente

Senador Jorge Viana, Relator

